

**FACULDADE EVANGÉLICA DE RUBIATABA
CURSO DE DIREITO
MIKHAELLY MENDES DE OLIVEIRA**

**REVISTA ÍNTIMA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO X PRINCÍPIO DA
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

**RUBIATABA/GO
2019**

MIKHAELLY MENDES DE OLIVEIRA

**REVISTA ÍNTIMA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO X PRINCÍPIO DA
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Direito da Faculdade Evangélica de Rubiataba, sob orientação do professor Especialista João Paulo da Silva Pires.

**RUBIATABA/GO
2019**

MIKHAELLY MENDES DE OLIVEIRA

**REVISTA ÍNTIMA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO X PRINCÍPIO DA
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Direito da Faculdade Evangélica de Rubiataba, sob orientação do professor Especialista João Paulo da Silva Pires.

MONOGRAFIA APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA EM 13/06/2019.

Especialista João Paulo da Silva Pires
Orientador
Professor da Faculdade Evangélica de Rubiataba

Especialista Marcus Vinícius Silva Coelho
Examinador
Professor da Faculdade Evangélica de Rubiataba

Especialista Arley Rodrigues Pereira Júnior
Examinador
Professor da Faculdade Evangélica de Rubiataba

À minha mãe, Odete Mendes Pereira, por estar sempre ao meu lado, me fortalecendo e incentivando a lutar pelos meus sonhos. Dedico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por me proteger, abençoar e conduzir meus passos e pensamentos ao longo dessa jornada, fazendo com que me fosse possível concluir esse trabalho.

À minha mãe, Odete Mendes, por seu amor, companheirismo e palavras inspiradoras, que me proporcionaram forças para seguir em frente.

À minha irmã Larissa e ao meu sobrinho Gabriel, por depositarem confiança e amor em mim frente a tantos desafios.

Ao meu pai, Adeval Inácio, por sempre me incentivar a lutar pelos meus objetivos.

Aos meus tios, Olívia e Zelman, por todo o apoio dado a mim no percorrer desse caminho. Vocês foram o meu sustento até aqui, serei eternamente grata.

Agradeço especialmente ao meu orientador, João Paulo, por toda a sabedoria, paciência e disponibilidade à mim destinada, que contribuíram para a elaboração e conclusão deste trabalho. Meu muitíssimo obrigado.

Ao meu amigo e professor, Marcelo Marques, pelas vezes em que me enviou dicas e palavras incentivadoras. Amo você.

Aos meus queridos amigos pessoais, com quem pude contar nos períodos difíceis, e aos que conheci ao longo do curso os quais me proporcionaram inúmeras alegrias, histórias, discussões e ensinamentos, e me ajudaram a chegar até aqui, sem vocês, viver tudo isso seria muito difícil. Amo vocês!

Por fim, agradeço a todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente para a finalização desta monografia.

EPÍGRAFE

“Não deixe à vontade lá fora, quando sua fé for de outro nível, passar por incrível fazendo história”.

Duckjay

RESUMO

A presente pesquisa tem por objeto o procedimento de revista íntima adotado nos estabelecimentos prisionais como forma de concretização do direito à visita, previsto no inciso X da Lei de Execução Penal, observando se este viola a dignidade da pessoa humana. Para tanto, buscou-se desmembrar o assunto e apresentar conceitos e peculiaridades inerentes ao direito à visita, ao procedimento de revista íntima, à supremacia do interesse público e à dignidade humana. Quanto à metodologia utilizada para atingir esses objetivos, trata-se uma pesquisa qualitativa amparada pelo método dedutivo sendo ainda uma pesquisa bibliográfica e documental, abordagem que possibilitou verificar junto à doutrina e aos entendimentos jurisprudenciais como o tema tem sido interpretado nos tribunais superiores. Realizadas tais análises, averiguou-se um impasse existente entre a dignidade da pessoa humana e o princípio da segurança jurídica. Assim, constatou-se que o procedimento de revista íntima que denigre a integridade física, psíquica e moral do ser humano é considerado ofensivo à dignidade da pessoa humana, tendo em vista que o Estado tem o poder de garantir meios não ofensivos que preservem os direitos fundamentais, como o uso de detectores de metais, scanners corporais, entre outros. Desta forma, a prática da revista íntima não vexatória permitiria efetivar os processos de segurança pública, tornando possível tanto a garantia do princípio da dignidade da pessoa humana quanto a garantia da supremacia da ordem pública.

Palavras-chave: Dignidade da Pessoa Humana; Estabelecimentos Prisionais; Revista Íntima; Supremacia do Interesse Público.

ABSTRACT

The purpose of the present research is the intimate review procedure adopted in prisons as a form of realization of the right to visit, provided by the item X of the Criminal Enforcement Law, observing if it violates the dignity of the human person. In order to do so, it was sought to dismember the subject and to present concepts and peculiarities inherent to the right to visit, to the procedure of intimate review, to the supremacy of the public interest and to the human dignity. The methodology used to achieve these objectives is the qualitative research, supported by the deductive method and it is a bibliographical and documentary research too, an approach that become possible to verify together with the doctrine and the jurisprudential understandings how the subject has been interpreted in the superior courts. Once these analyzes were carried out, an impasse has arisen between the dignity of the human person and the principle of legal certainty. Thus, we note that the intimate review procedure that denigrates the physical, psychological and moral human integrity is considered offensive to the dignity of the human person, since the State has the power to guarantee non-offensive means that preserve the rights, such as the use of metal detectors, body scanners, and more. In this way, the practice of the non-vexatious intimate review would makes possible as well to carry out public security procedures as became possible both to guarantee the principle of the dignity of the human person and to guarantee the supremacy of public order.

Keywords: Dignity of Human Person; Prison Establishments; Intimate Review; Supremacy of the Public Interest.

Traduzido por Marcelo Marques de Almeida Filho, Bacharel em Relações Internacionais (PUC-GO), Mestre em Ciência Política (UFG).

LISTA DE ABREVIATURAS, SÍMBOLOS E SIGLAS

§ - Parágrafo

Art. – Artigo

CF - Constituição Federal

CFRB – Constituição da República Federativa do Brasil

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNPCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CONJUR – Consultor Jurídico

CP - Código Penal

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

LEP – Lei de Execução Penal

Inc. – Inciso

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

Nº - Número

P. – Página

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. DOS DIREITOS DOS APENADOS À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	15
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DIREITOS DOS PRESOS E PRESAS	15
2.2. DO DIREITO À VISITA NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS	24
3. O PROCEDIMENTO DE REVISTA ÍNTIMA ADOTADO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	29
4. ASPECTOS RELACIONADOS À REVISTA ÍNTIMA E A DIGNIDADE HUMANA.....	38
4.1. SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO	38
4.2. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	40
4.2.1. ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAIS RELACIONADOS À REVISTA ÍNTIMA E A DIGNIDADE HUMANA.....	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50